

## A «desestrategização» das relações internacionais

ÁLVARO DE VASCONCELOS\*

O debate sobre o fim do mundo bipolar e o sentido da reorganização do sistema internacional neste fim de século e virar de milénio, que começou a generalizar-se após as derrotas sofridas pelos Estados Unidos no Vietnam e pela União Soviética no Afeganistão e após a importância demonstrada pelas superpotências para estancar a guerra entre o Irão e o Iraque, ampliou-se decisivamente com a perestroika, com o muito falado «declínio americano», com a afirmação do Japão como superpotência económica, com a construção da Europa e as perspectivas do reforço abertas pelo Acto Único.

Se é indiscutível que em termos estratégicos globais o mundo é ainda bipolar, pois só a União Soviética e os Estados Unidos têm a capacidade nuclear para se destruir mutuamente (e com eles grande parte da espécie humana), começa por outro lado a impor-se como cada vez menos discutível que esse poder nuclear tem apenas um efeito de dissuasão que se exerce sobretudo no eixo leste-oeste. As relações de poder militar entre a NATO e o Pacto de Varsóvia continuam decerto a ser preocupação central de dirigentes do Leste e do Ocidente, e o sucesso ou insucesso das presentes negociações de limitação de armamentos depende sobretudo da vontade das duas superpotências. No plano regional, porém, o mundo é cada vez mais multipolar e encontramos-nos, no plano global, num período de reorganização, de mutação rápida que tende a pôr em causa um sistema organizado: desde a Segunda Guerra Mundial, desde Yalta, à volta de dois pólos (os Estados Unidos e a União Soviética), cada um deles no centro de duas coligações que se opunham na Europa e nas áreas fundamentais para a segurança europeia.<sup>1</sup> Tem-se a impressão de que os esforços militares das duas superpotências durante mais de 40 anos as deixaram economicamente esgotadas, sobretudo a URSS.

---

\* Director do IEEI.

<sup>1</sup> Ver Raymond Aron, *Paix et guerre entre les nations* (Paris: Calman-Lévy, 1982).

A distensão entre as duas superpotências é acompanhada por um amplo debate sobre o seu declínio. Este declínio é relativo, pois resulta não só das dificuldades referidas, mas sobretudo do peso económico crescente das Comunidades Europeias e do Japão, que desafiam assim a hegemonia económica dos Estados Unidos, e da abertura da China ao mercado mundial.

Gorbatchev afirmou recentemente que se a perestroika não fosse um sucesso a URSS deixaria de ser uma superpotência antes do final do século. Para levar a bom termo a sua política de reestruturação económica, a União Soviética terá de aliviar o pesado fardo de responsabilidades internacionais que contraiu, mormente no domínio militar, na Europa e no Terceiro Mundo. Não significa isto que a União Soviética irá retirar-se da política mundial, de certa forma terá até uma presença mais activa, mas sob formas diferentes - diplomática e comercial, por exemplo. Como refere Gorbatchev no seu livro *Perestroika*, será o modelo das suas relações com a Índia, aliás semelhante ao das relações que mantém com Marrocos, regido pelas normas da relação Estado a Estado, comportando-se a União Soviética como uma grande potência «não ideológica», que irá aparentemente preponderar. Oles Smolansky afirmava a este respeito: «The USSR would attempt to improve relations with some of the major Third World nations, such as India (an old strategically), Nigeria, Brazil, Argentina, and Mexico, to mention but the most prominent examples. In these countries, the Soviets would refrain from cultivating revolutionary forces but would, instead, deal with their respective governments in an attempt to improve bilateral relations and trade.»<sup>2</sup>

Há claramente uma interiorização da política soviética, como afirma Michel Tatu: «Brejnev avait fait dévier ce qui subsistait de dynamisme dans la société soviétique vers la politique étrangère. Avec Gorbatchev, c'est désormais la politique étrangère qui devra être au service de la politique intérieure.»<sup>3</sup>

A constatação das fraquezas de uma potência militarmente poderosa mas economicamente débil, inadequadamente preparada para enfrentar, no período da pós-independência, as prioridades dos novos Estados e dos países em vias de desenvolvimento, já tinha aliás sido feita pelos Estados com quem a União Soviética se relacionou mais estreitamente nas últimas décadas.

---

<sup>2</sup> Oles Smolansky, «Soviet Foreign Policy under Gorbachev». in *Estratégia*. n.º 5, Outono-Inverno 1988-89.

<sup>3</sup> Michel Tatu, «La politique de l'URSS vis-à-vis du Tiers Monde», *ibid.*

A par do reconhecimento soviético do declínio do seu poder global, recrudescer nos Estados Unidos o debate sobre o declínio americano. Abundante literatura apareceu nestes últimos anos sobre o assunto, fazendo os «declinantes» maior sucesso. Paul Kennedy, no seu best-seller *The Rise and Fall of the Great Powers*, afirma: «the United States now runs the risk, so familiar to historians of the rise and fall of previous Great Powers, of what might roughly be called 'imperial overstretch': that is to say decision makers in Washington must face the awkward and enduring fact that the sum total of the United States' global interests and obligations is nowadays far larger than the country's power to defend them all simultaneously».<sup>4</sup>

A visão de Paul Kennedy é contestada em muitos aspectos por vários autores, nomeadamente no que se refere à inevitabilidade do declínio a curto prazo do poder americano. A contestação mais interessante foi feita por Samuel Huntington, na conferência anual do IISS em 1988, que argumentava que o debate sobre o declínio, o quinto desde 1950, é condição necessária para a própria renovação da sociedade americana.<sup>5</sup> Está no entanto fora de dúvida que existe um declínio relativo da preponderância americana a partir da Segunda Guerra Mundial. No final dos anos '40, os Estados Unidos representavam perto de 50 por cento da economia mundial o que era uma situação absolutamente excepcional resultante do facto de os aparelhos produtivos das economias da Europa ocidental e do Japão terem sido destruídos pela guerra. Os Estados Unidos representam cerca de 24 por cento do produto bruto mundial, o que evidentemente faz deles ainda a principal potência económica. Mas potência dominante com clara dificuldade para manter todas as responsabilidades militares que assumiu.

Em poucos anos, os Estados Unidos transformaram-se num país com um enorme défice comercial (400 mil milhões de dólares em 1987) e um avultadíssimo défice orçamental (170 mil milhões de dólares em 1989). O avolumar do défice orçamental levou naturalmente à tomada de medidas pelo Congresso, que terão repercussões várias na presença americana no exterior, designadamente ao abrigo da lei Gramm-Rudman que deveria reduzir o défice para o nível zero. Uma consequência possível será a retracção das contrapartidas americanas aos países onde detêm instalações e bases e, a longo prazo, uma menor capacidade de acesso às mesmas quando os interesses americanos não coincidirem com os do país em que se situam essas instalações.

---

<sup>4</sup> Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers* (New York, Random House, 1987), p. 515.

<sup>5</sup> Uma versão deste trabalho viria a ser publicada sob o título «The US - Decline or Renewal», in *Foreign Affairs*. Inverno 1988/89.

Mas as dificuldades económicas e políticas dos Estados Unidos são incomparavelmente menores que as da União Soviética. Na relação entre as duas superpotências, o declínio é claramente desigual. Na questão do défice orçamental, por exemplo, o soviético atinge cerca de 120 mil milhões de rublos (6,2% do PIB soviético; o americano, em forte contraste, representa 2% do PIB respectivo). A União Soviética tem até hoje equilibrado as suas relações de poder com os Estados Unidos através de enormes gastos com a área militar, gastos calculados pelas autoridades soviéticas em 12 por cento do orçamento geral para o ano de 1989, percentagem considerada pouco provável pelos analistas ocidentais, mas que mesmo assim representaria o dobro das despesas americanas. Resta saber que implicações no equilíbrio entre as duas superpotências terá a provável diminuição das despesas militares ditada por imperativos da perestroika.<sup>6</sup>

### PRODUTO NACIONAL BRUTO EM 1987

(em milhares de milhões de dólares e em percentagem do total)

TOTAL MUNDIAL	18 870	
Espaços Desenvolvidos	15 460	81,9
OCDE	12 470	66,1
CEE (12)	4 253	22,5
Estados Unidos	4 527	23,9
Canadá	402	2,1
EUA + Canadá	4 929	26,1
Japão	2 364	12,5
URSS	2 460	13,0
...		
China (a)	471	2,5

(a) O PNB da China será provavelmente superior em 65% ao valor oficial aqui transcrito.

<sup>6</sup> The Military Balance 1989-1990, p. 32.

## EVOLUÇÃO DO PESO DO PNB DO JAPÃO NO PNB MUNDIAL

Ano	1960	1970	1980	1987
%	4,5	7,7	9,0	12,5

Fontes: World Bank. World Military Expenditures and Arms Transfers - 1988. Paul Kennedy, op. cit.

Dos novos candidatos a pólos de poder mundial (ver quadro), a China representa ainda apenas cerca de 2,5 a 4 por cento do produto mundial, embora possa vir a dar um salto brusco, precisando no entanto para isso de integrar-se plenamente no sistema económico mundial, o que tem vindo a fazer com enorme prudência. O Japão constitui já claramente um pólo de poder económico: representa, sozinho, uma fatia equivalente a 12,5 por cento do produto mundial e hegemoniza o comércio de produtos electrónicos. Se o Japão conseguir promover um processo de integração económica na Bacia do Pacífico, isso representará um aumento substancial do seu poder. A Europa integrada representa 22,5 por cento do produto mundial e uma enorme capacidade científica e tecnológica. Japão e Comunidade Europeia são os que mais claramente disputam a liderança dos Estados Unidos, embora ao Japão falte a dimensão do poder militar e o sentido de projecto mundial, e aos Doze a dimensão política e militar, que, no entanto, o Acto Único perspectivou.

### **O fim da história?**

Perante a gravidade dos problemas políticos e económicos, dos problemas relativos a nacionalidades e grupos religiosos e étnicos, que Gorbatchev tem pela frente, perante a afirmação da não inevitabilidade do socialismo e os louvores soviéticos ao sistema democrático, cresce nos Estados Unidos uma corrente fortemente optimista, nascida da convicção de que os Estados Unidos, afinal, «ganharam a guerra». Para Francis Fukuyama, chegámos mesmo ao «fim da história», ao fim da «evolução ideológica» e à «universalização da democracia liberal»: «não ao 'fim da ideologia' ou à convergência entre capitalismo e socialismo, como tinha sido previsto, mas a uma indiscutível vitória do liberalismo

económico e político».<sup>7</sup> Tal visão ultra-optimista da evolução do sistema internacional está longe de ser consensual entre especialistas e homens de Estado, americanos ou europeus.

A potencialidade para os conflitos, começando pela Europa de leste, é demasiado patente para poder ser ignorada. As alternativas ideológicas, nomeadamente as político-religiosas, continuam a afirmar-se e a universalização da democracia liberal está longe de ter sido atingida. A visão de Fukuyama é essencialmente dogmática, pois não só as reformas de Gorbatchev podem não triunfar, como da vitória do reformismo a leste pode surgir uma nova ideologia alternativa à do liberalismo ocidental. As críticas do Solidariedade à decadência ocidental apontam nesse sentido, bem como outros projectos político-religiosos, mais ou menos radicais. A democracia, como sistema, de acordo com um recente estudo, abrange ainda apenas 60 de entre 167 Estados. Onde Fukuyama está absolutamente certo é ao salientar a importância do reconhecimento pelos próprios soviéticos do fracasso do regime comunista.

Indiscutível também que qualquer tentativa de análise das crises regionais ou das relações económicas internacionais que se cinja à determinação do peso do factor leste-oeste, o que vale dizer baseada nos pressupostos de um mundo gerido pela oposição ou pelo «condomínio» dos dois supergrandes, é simplista e se reduz necessariamente ao absurdo. O globalismo das análises, quer seja para explicar as causas do eclodir das crises, quer seja para explicar as perspectivas de solução ou a resolução das mesmas, não corresponde à complexidade do sistema internacional e ao peso, muitas vezes determinante, dos intervenientes regionais e de outros pólos de poder que não os chamados supergrandes. Uma das consequências importantes da subida ao poder de Mikhail Gorbatchev na União Soviética e do início de uma nova época de desanuiamento das relações leste-oeste foi marginalizar o geometrismo globalista, que se impusera progressivamente no Ocidente, o qual transpunha a oposição leste-oeste na Europa para as relações norte-sul e para os conflitos regionais.

Os Estados Unidos e a União Soviética foram no essencial incapazes de compreender que os problemas do Terceiro Mundo não se inscreviam nos suportes ideológicos do seu antagonismo. São de natureza semelhante as desconfianças que em círculos ocidentais gerou o movimento dos não alinhados e as afirmações de teóricos soviéticos do tempo de Brejnev sobre os males do nacionalismo, que consideravam o maior entrave à construção do socialismo, designada mente em África. O objectivo essencial do nacionalismo radical,

---

<sup>7</sup> Francis Fukuyama, «The End of History», in *The National Interest*, Verão 1989.

por exemplo, é o reforço da identidade nacional, ou propriamente a construção da nação, muitas vezes dentro das fronteiras arbitrárias herdadas do período colonial, partindo para tanto da edificação do Estado.

Dado o muito que estava em jogo na Europa desde a segunda metade dos anos setenta à primeira metade dos anos oitenta, quando o espectro de uma guerra nuclear continuava e aterrorizar muitos europeus e americanos, as preocupações de natureza estratégica tornaram-se avassaladoras e sobrepuseram-se a outro tipo de prioridades em muitas decisões ocidentais, relativas por exemplo ao apoio à construção de novas nações e ao desenvolvimento.

A actuação dos soviéticos no Terceiro Mundo e a intervenção no Afeganistão ainda mais contribuíram para essa visão «estratégica» das relações internacionais. A margem de manobra internacional de muitos Estados, sobretudo a leste, mas também, embora em menor grau, a oeste, era limitada e condicionada por «prioridades estratégicas», muitas vezes definidas em função de considerações de ordem ideológica. Extrapolava-se facilmente para o Terceiro Mundo o contencioso leste-oeste e nesse quadro a proposta de uma «nova ordem económica internacional» foi vista por muitos como uma proposta enquadrada na estratégia global soviética. Em nome de «não dar armas» à União Soviética justificava-se, por exemplo, uma enorme prudência no enfrentar dos problemas políticos e sociais do Terceiro Mundo, que pode ser exemplificada pela falta de vigor do combate ao *apartheid* sul-africano. A convicção de que o equilíbrio na Europa era instável fazia temer todas as transformações que pudessem fazer pender em favor da URSS o fiel da balança.

A consequência imediata da «desestrategização» das relações internacionais que hoje se verifica é passar-se a dar a devida importância às questões do desenvolvimento económico, das relações culturais, do progresso científico e técnico - a dar-se, afinal, maior importância ao homem e aos seus direitos. Começa-se a conceber, por exemplo, o nacionalismo no Terceiro Mundo como uma corrente normal e desejável da história, ao mesmo tempo que nas questões mais delicadas dos direitos do homem e da democracia se assume uma atitude mais ousada.

O declínio relativo das superpotências e o desanuviamento internacional criam «nichos de oportunidades», para utilizar uma expressão de Celso Lafer<sup>8</sup>, em que outros pólos de poder

---

<sup>8</sup> Celso Lafer, «Novas tendências do sistema internacional», comunicação apresentada ao seminário *Portugal, Brasil, África - que convergências?* IEEI, Lisboa, Outubro de 1989.

económico mundial - a Europa do Doze, ou pólos regionais - encontram o espaço necessário para afirmarem também projectos de natureza política.

Se o século XXI será um século de poder pentagonal (EUA, URSS, Japão, Europa comunitária, China), como afirma Paul Kennedy, se será ainda um século americano ou de novo um século europeu, é difícil prever. O que parece certo é que a nova ordem internacional deste fim de século será indelevelmente marcada por uma «desestrategização» do sistema internacional, ou seja, por uma relativização dos factores estratégicos globais, por uma tentativa de encontrar na criação de espaços de cooperação e integração regional, ou, recorrendo a uma expressão de Fukuyama, numa «Common Marketization» das relações internacionais, no multilateralismo, os meios para, como diz Edem Kodjo, «redescobrir as virtudes da interdependência e da solidariedade».<sup>9</sup>

Abre-se um período em que a construção de espaços de comércio livre, mais ou menos integrados, CEE/EFTA, EUA/Canadá, Bacia do Pacífico, etc, aparece como prioritária. Tal prioridade, para muitos, não é incompatível, muito pelo contrário, com as novas oportunidades que se abrem ao multilateralismo. Fica o risco de que continue a haver uma periferia, «condenada» ao subdesenvolvimento, neste processo de criação de grandes espaços. A competição, mesmo que pacífica, entre pólos de poder que transcendem o Estado-nação irá certamente ser uma característica do novo sistema internacional multipolar. Tal competição cria para todos os Estados, especialmente para os mais pequenos, a necessidade de participarem em processo de cooperação e integração.

### **A Europa num mundo que se multipolariza**

É predominantemente no quadro da integração europeia que Portugal toma parte nesta reorganização do sistema internacional. A Europa de '92, do Acto Único, é o projecto que poderá permitir às nações europeias, apesar do seu declínio demográfico, ser um pólo significativo de desenvolvimento económico, de progresso científico e tecnológico. Mas nem a Europa, nem os Estados Unidos, podem enfrentar sozinhos os desafios das transformações no leste europeu, as questões do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, da dívida externa e da dívida social que sufoca as novas ou reinstauradas democracias latino-americanas. É preciso que se tome em consideração o novo papel do Japão, que consagrou 0,31 por cento do seu produto, em 1987, à cooperação internacional

---

<sup>9</sup> Edem Kodjo, *L'Occident; du déclin au défi* (Paris: Stock, 1988), p. 273.

(percentagem que para os anos seguintes se aproximou de 1 por cento), e se tornará possivelmente em breve um parceiro indispensável nos grandes projectos de desenvolvimento.

Para as relações norte-sul não é indiferente o sentido que tomará a construção europeia após '92. Existem alternativas, que são ampliadas pela perestroika e as transformações na Europa de leste. A Europa após '92 poderá fechar-se nos limites do próprio continente, transformando-se, então sim, na fortaleza Europa, cujas portas se abrem para leste mas cada vez menos para sul, ou poderá ao invés assumir um papel crescente na resolução dos problemas regionais, quer os do desenvolvimento, quer os da própria paz.

A importância, extraordinária, sem dúvida, da abertura a leste da Europa não a deve levar a marginalizar a África - maghrebina ou subsahariana - nem a continuar a subalternizar as suas relações com a América Latina. Qualquer «*grand strategy*» europeia, a existir, fará do Mediterrâneo, da África e da América Latina áreas prioritárias de presença europeia responsável.

Tal visão deve moderar a dos tecnocratas, que sonham apenas com os grandes negócios do Pacífico e do mercado russo, desinvestindo em África e na América Latina, e dos que defendem a desconexão como via para o desenvolvimento. É na África e na América Latina, e não no Pacífico, que a Europa pode assumir as suas responsabilidades mundiais.

A abertura na Europa de leste e a perspectiva de que se venha a esbater a fronteira estratégica entre as duas Europas tende a aproximar a Europa de leste das Comunidades e sustenta tentações para a reconstrução da Mitteleuropa.

A candidatura da Áustria e o piscar de olho da Hungria e da Polónia são bem sintomas do poder de atracção que a Comunidade Europeia em geral e a Alemanha em particular exercem sobre essa Europa.

O projecto que interessa a Portugal não é o de uma Europa que, para facilitar a abertura a leste, se concentre sobre as suas dimensões económicas (mesmo incluindo a da coesão económica e social), desacelere o processo de integração política e centre o essencial das suas capacidades financeiras na atracção da Europa do leste, assumindo-se assim intencionalmente apenas como potência civil. A Portugal interessa uma Europa «potência política» que se abra em várias direcções e sobretudo no sentido do espaço extra-europeu. É necessário que as diversas prioridades e diferentes trunfos dos Estados membros concorram no modelo de relações externas da Comunidade. Trata-se de construir um modelo que inscreva no seu processo círculos de cooperação subregionais, atendendo aos

interesses específicos dos Estados membros. Alguns desses círculos são imediatamente concebíveis e poderiam ser construídos de acordo com o modelo escandinavo: a Dinamarca não abandonou o seu espaço subregional nórdico apesar da sua adesão à CEE. Outro espaço subregional seria certamente o da Europa central, onde a Alemanha teria obviamente um papel de charneira. Dada a importância e o peso e as possíveis implicações políticas e estratégicas deste espaço da Mitteleuropa, é necessário equilibrá-lo pela consolidação dos círculos inter-regionais, extra-europeus, mediterrânicos e africanos e pela criação de um círculo euro-latino-americano.

### **Mediterrâneo ocidental e Atlântico oriental**

Portugal, situado na confluência do Mediterrâneo e do Atlântico, onde a Europa e a África se aproximam, encontra em dois círculos subregionais espaços naturais para a consolidação de relações de cooperação.

Um círculo no Mediterrâneo ocidental, ponto de intersecção do projecto euro-maghrebino, tornado urgente pelas perspectivas da Europa de '92 e as implicações da mediterraneanização das Comunidades (consequência do alargamento à Grécia, à Espanha e a Portugal), e da dinâmica da criação da União do Maghreb Árabe (UMA). O fórum de Tânger mostrou aqui a importância e a premência dos temas em agenda: dependência excessiva do Maghreb dos mercados europeus (mais de 50 %); o crescimento demográfico explosivo no Norte de África (de 90 milhões em 1980 para 153 milhões no fim do século); a queda dos preços das matérias-primas; o atraso na industrialização; a crise da dívida. O debate destes e doutros desafios foi acompanhado de propostas concretas, quer no domínio de infra-estruturas que aproximem de facto as geograficamente tão próximas margens do Mediterrâneo, quer no domínio empresarial, bem como de propostas no domínio da cultura e do ensino, que contribuam para o conhecimento recíproco e o respeito mútuo entre duas grandes civilizações.

Outro círculo no Atlântico oriental, que englobe Portugal, com a sua parte continental e os seus arquipélagos (Açores e Madeira), a Espanha atlântica (com as Canárias), Marrocos, a Mauritânia e Cabo Verde. Tal espaço, a que poderemos chamar também Mediterrâneo atlântico, cuja importância estratégica, sobretudo nalguns dos seus pontos, esteve tão em evidência nas últimas décadas, deveria ser hoje valorizado em termos de cooperação política, cultural, económica, tecnológica e mesmo militar. Ao contrário do Mediterrâneo ocidental, é uma zona em que as trocas comerciais entre diferentes países e parcelas ainda

são fracas (tome-se o exemplo do peso das relações comerciais luso-marroquinas: as exportações de Portugal para Marrocos representaram em 1988 apenas 0,26 por cento das exportações portuguesas e a projecção para 1989 aponta para valores próximos de 0,22 por cento, enquanto as exportações marroquinas para Portugal representaram em 1988 apenas 0,12 por cento das importações portuguesas; as trocas comerciais entre Portugal e a Espanha, pelo contrário, e em consequência da integração europeia, têm subido para níveis normais entre dois Estados vizinhos). No entanto, as relações políticas são no geral bastante boas. Têm vindo a intensificar-se os movimentos diplomáticos e a melhorar as perspectivas económicas nas várias direcções. É preciso agora dar consistência de projecto à criação desta esfera subregional. Será este, aliás, um dos objectivos do encontro sobre o Atlântico oriental que terá lugar em 1990, promovido por vários institutos e centros da região. Como afirmou Armando de Castro, a cooperação no Atlântico oriental deverá ter como objectivo «procurar lucidamente incentivar, no lapso de tempo que decorre até 1996, complementaridades e sinergias no próprio seio das funções actualmente concorrentes.»<sup>10</sup>

### **Portugal e o espaço de língua portuguesa**

A convergência entre os sete países lusófonos (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) é claramente no interesse de todas as partes envolvidas, no quadro das actuais transformações do sistema internacional, e representa um dos tais «nichos de oportunidades» criados pela actual descompressão das superpotências. É um dos círculos possíveis (ou polígonos, para evidenciar a individualidade dos vértices) da cooperação atlântica (embora sejam no Índico as costas moçambicanas, este país insere-se na África austral, parte integrante da realidade do Atlântico Sul).

Estes sete países participam de forma diferente e nos seus quadros regionais respectivos na formação de mercados alargados, que nalguns casos assumem foros de cooperação ou integração económica ou mesmo política. Portugal, no quadro das Comunidades Europeias, de que faz parte desde 1986, o Brasil no quadro dos vários projectos de cooperação latino-americanos, nomeadamente no sistema de cooperação Brasil-Uruguai-Argentina, que veio dar um novo alento à cooperação regional na América Latina. Em África, os países lusófonos fazem parte de vários projectos de integração regional: Angola e Moçambique da SADCC (Southern African Development Cooperation Conference), a

---

<sup>10</sup> Armando de Castro, «O mercado de '92 e as relações Portugal-Brasil-África», comunicação apresentada ao seminário *Portugal, Brasil, África: que convergências?*, IEET, Lisboa. Outubro de 1989.

Guiné e Cabo Verde da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Há claramente convergências de natureza vária entre os sete países que têm como denominador comum a língua portuguesa. Antes de mais, a afirmação da sua identidade no quadro dos processos em que se integram - o que é particularmente verdadeiro no caso de Portugal no processo de integração europeia e no dos países africanos lusófonos, «ilhas linguísticas», como lhes chamou Sérgio Vieira.<sup>11</sup>

Para os países terceiros, nomeadamente para o Brasil, trata-se de contrariar as possíveis implicações negativas do mercado unificado europeu de 1993 em diante. As dificuldades de acesso ao mercado europeu são particularmente graves para o Brasil, uma vez que a CEE contribui com perto de um terço do intercâmbio comercial brasileiro, ao passo que o Brasil absorve menos de 1 por cento das exportações da Comunidade.

O Brasil e os países africanos lusófonos, como aliás outros terceiros países, precisam de criar na Europa comunitária núcleos de identificação com os seus interesses. O Brasil «necessita de canais alternativos de acesso ao mercado europeu, para eles transferindo a produção de parte dos itens de sua oferta»<sup>12</sup>, e desenvolveu já alguns esforços para encontrar esses canais, designadamente através de Portugal.

Será também objectivo prioritário aumentar entre os Sete a capacidade de intervenção pela via da cooperação política, da concertação de posições nos organismos multilaterais de decisão, que irão, tudo leva a crer, ganhar importância renovada (ONU, GATT, FMI, Banco Mundial, etc.).

As transformações na Europa de leste e a decorrente «desestrategização» das relações internacionais a nível global criam um novo ciclo de descompressão. Esse novo ciclo, que não significará certamente «o fim da história» ou dos conflitos, cria no entanto condições propícias ao reforço da cooperação internacional pela via do multilateralismo, político e económico.

No que se refere aos conflitos regionais, existem condições para:

a. Um atenuar da presença negativa das superpotências nos conflitos regionais, decorrente nomeadamente do facto de o governo americano estar a dar-se conta de que a União

---

<sup>11</sup> Sérgio Vieira, intervenção no seminário sobre *Desenvolvimento e Cooperação Regional na África Austral*. IEEI/CEA, Lisboa, Outubro de 1989.

<sup>12</sup> Hélio Jaguaribe, «Os Interesses Luso-Brasileiros na Comunidade Europeia e na África», comunicação apresentada ao seminário *Portugal, Brasil, África - que convergências?*, IEEI. Lisboa. Outubro de 1988.

Soviética não está necessariamente por detrás de cada conflito, e da vontade manifestada pelos soviéticos de cooperar na resolução dos mesmos.

b. O aumento do papel dos países de uma dada região na solução dos conflitos que têm causas essencialmente endógenas (África austral, Médio Oriente, América central, Sudoeste asiático). O «modelo Arias» foi neste capítulo bem sucedido na América Central, embora as tentativas de lhe dar seguimento, nomeadamente a iniciativa árabe na questão libanesa e o grupo africano na questão angolana, não tenham até à data resultado.

c. As Nações Unidas ganharem nova vitalidade e assumirem de novo uma posição de influência, confirmada pelo seu papel no acordo entre o Irão e o Iraque, no controle da retirada soviética do Afeganistão, das tropas cubanas de Angola, ou pela intervenção no processo de independência da Namíbia.

No que se refere aos problemas do desenvolvimento económico, estão criadas as condições para uma nova política baseada na ideia de codesenvolvimento, ultrapassando a dicotomia norte-sul e permitindo não só a formação de núcleos regionais alargados, com o consequente aumento das relações comerciais intra-regionais, como também criando condições favoráveis à especialização inter-regional e à formação de empresas, eventualmente em regime de parceria, capazes de agir em terceiros mercados, favorecendo-se igualmente os projectos de cooperação trilateral, integrando neles actores novos, como o Japão.

Existem condições para, às relações entre a Europa e os países em desenvolvimento, se aplicar o conceito de uma conexão alargada e sem exclusões, visando não o desinvestimento e a marginalização da África e da América Latina, mas o enfrentar de forma responsável a questão da dívida externa e da dívida social, e o apoio inequívoco às democracias recentes ou reinstauradas.

Em síntese, poderá concluir-se que se perspectiva um mundo multipolar e integrado, mais interdependente e porventura mais solidário e pacífico, que encontre no multilateralismo e no regionalismo o suporte para gerir as suas crises políticas e económicas. Um mundo que não se tecnocratize, onde antes sejam tomados mais plenamente em consideração os valores e assumida a riqueza do encontro das civilizações e do conhecimento recíproco que dele resulta.

Esta visão optimista da evolução internacional não significa que partilhe da opinião de que chegámos «ao fim da história» e de que os conflitos desapareceram da face da Terra. Bem pelo contrário, alguns se desenham no horizonte do possível. Não esqueçamos a forte

irrupção dos nacionalismos nas fendas abertas pela glasnost, que tornam o projecto de Gorbatchev difícilíssimo. Estão presentes nas explosões demográficas no Mediterrâneo e na pauperização da África, a que Habib El Malki chamou o risco da «mendicidade estrutural»<sup>13</sup>, nos gritantes desequilíbrios sociais na América Latina, estão presentes na crise ainda sem saída do Médio Oriente e nas crises regionais que se mantêm por solucionar. Aquilo que me parece é que as condições para poder enfrentá-los em convergência alargada são hoje muito mais sólidas.

*O presente artigo foi redigido em Outubro de 1989.*

---

<sup>13</sup> Habib el Malki, «La méditerranéité du Maghreb entre le déclin et le renouveau», in *Annales du Centre d'Etudes stratégiques (1987-1988)* (Rabat: Faculté des Sciences Juridiques et Sociales de l'Université Mohammed V).